

## **ATA DA REUNIÃO DA 2ª JUNTA DE JULGAMENTO DE RECURSOS DO CONSEMA - 27/06/2025.**

Ao vigésimo sétimo dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se os membros da 2ª Junta de Julgamento de Recursos do CONSEMA, por VIDEOCONFERÊNCIA, nos termos do Ofício Circular CONSEMA nº 15/2025. Compareceram- Bruno Eduardo Pereira de Souza, representante da Procuradoria Geral do Estado - PGE; Alexandre Ferramosca Netto, representante do Instituto Ação Verde – IAV; Fernando Ribeiro Teixeira, representante do Instituto Ecológico e Sócio Cultural da Bacia Platina – IESCBAP; Rafael Sabo Mendes Burlamaqui, Associação Mato-Grossense Dos Municípios –AMM; Emanuel Barbosa Garcia, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDEC, e Houseman Thomaz Aguilari, representante da Associação dos Produtores Rurais da APA Estadual Nascentes Do Rio Paraguai – APRAPA. Com o quórum formado, o Presidente iniciou a reunião. **Processo nº 218286/2020 – Interessado- Leila Clementina Sinigaglia Daroit – Relator- André Zortéa Antunes – APRAPA – Advogado- Jeferson Carlott– OAB/MT 6.679B.** Processo retirado de pauta a pedido do relator. **Processo nº497773/2021– Interessado- Gilmar Zanardi – Relator- André Zortéa Antunes– APRAPA – Revisor- Ticiano Juliano Massuda – PGE – Advogado- Ayslan Clayton –Moraes – OAB/MT 8.377 – Cássia Gabriela F. Dos Santos Nascimento – OAB-MT 29.993. Auto de Infração nº210433771 de 20/10/2021. Termo de Embargo nº210442494 de 20/10/2021. Relatório técnico nº1599/GPFCD/CFFL/SUF/SEMA/2021.** Por destruir através de desmatamento a corte raso, 71,29 hectares de vegetação nativa em área objeto de especial preservação, sem autorização do órgão ambiental competente, conforme relatório técnico nº1599/GPFCD/CFFL/SUF/SEMA/2021. Decisão administrativa nº679/SGPA/SEMA/2024, homologada em 08/07/2024, arbitrando contra o autuado a penalidade administrativa de multa no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) por hectare de área desmatada, no montante 71,29 ha, perfazendo R\$356.433,60 (trezentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e trinta e três reais e sessenta centavos), com fulcro no artigo 50 do Decreto Federal nº6.514/2008, bem como pela manutenção do Termo de Embargo. Requer o recorrente a nulidade do Auto de Infração nº210433771 de 20/10/2021 e os efeitos dele decorrentes. Voto relator preliminar para declarar a ilegitimidade passiva do autuado para responder ao presente feito administrativo, reformando-se a decisão administrativa nº679/SGPA/SEMA/2024, bem como seus acessórios, no mérito, vota pelo reenquadramento para o artigo 52 do Decreto Federal nº6.514/2008, reajustando o valor da autuação para R\$71.290,00 (setenta e um mil, duzentos e noventa reais). Voto revisor para manutenção da decisão administrativa, bem como do Termo de Embargo. Vistos, relatados e discutidos. Decidiram, por maioria, nos termos da preliminar para declarar a ilegitimidade passiva do autuado para responder ao presente feito administrativo, reformando-se a decisão administrativa nº 679/SGPA/SEMA/2024, anulando-se o Auto de Infração nº210433771 e seus acessórios. **Processo nº14655/2022 – Interessado- Jorge da Silva Ramos – Relator- Ticiano Juliano Massuda – PGE – Revisor- Eduardo Ostelony Alves dos Santos– FETRATUH – Advogado- Douglas Camargo de Anunciação – OAB/MT 19.125. Auto de Infração nº220431114 de 14/04/2022. Termo de Embargo nº22044825 de 14/04/2022. Relatório técnico nº565/GPFCD/CFFL/SUF/SEMA/2022.** Por destruir através de desmatamento a corte raso, 102,90 ha de vegetação nativa em área objeto de especial preservação, sem autorização do órgão ambiental competente, conforme descrito no relatório técnico nº565/GPFCD/CFFL/SUF/SEMA/2022. Decisão administrativa nº1174/SGPA/SEMA/2024, homologada em 11/10/2024, arbitrando contra o autuado a penalidade administrativa de multa de R\$5.000,0 (cinco mil reais) por hectare de área destruída, totalizando 102,90 ha, que resulta no valor de R\$514.479,92 (quinhentos e quatorze mil, quatrocentos e setenta e nove reais e noventa e dois centavos), com fulcro no artigo 50 do Decreto Federal nº6.514/2008 e manutenção do Termo de Embargo. Requer o recorrente que se declare nulo o Auto de Infração, bem como seus

efeitos. Voto relator no sentido de julgar improcedente o recurso administrativo, confirmando a decisão administrativa nº1174/SGPA/SEMA/2024 e mantendo-a incólume. Vistos, relatados e discutidos. Decidiram, por unanimidade, nos termos do relator para julgar improcedente o recurso administrativo, confirmando a decisão administrativa nº1174/SGPA/SEMA/2024, arbitrando multa de R\$5.000,0 (cinco mil reais) por hectare de área destruída, totalizando 102,90 ha, que resulta no valor de R\$514.479,92 (quinhentos e quatorze mil, quatrocentos e setenta e nove reais e noventa e dois centavos), com fulcro no artigo 50 do Decreto Federal nº6.514/2008 e manutenção do Termo de Embargo. **Processo nº526256/2019 – Interessado- Nelson Variani Industria de Esquadria – Relatora- Jéssica Alves– IBAMA – Revisor- Eduardo Ostelony Alves dos Santos– FETRATUH – Advogado- Pedro Francisco Soares – OAB/MT 12.999. Auto de Infração nº2046D de 21/10/2019. Termo de Embargo nº1019D de 21/10/2019. Relatório técnico nº0371/CFFL/SUF/SEMA/2019.** 1 – Por desmatar a corte raso 124,6932 ha de vegetação nativa em área de reserva legal, sem autorização do órgão ambiental competente; 2 – por desmatar a corte raso 126,1668 ha de vegetação nativa objeto de especial preservação, sem autorização do órgão ambiental competente; 3 – por destruir 5,9260 ha de vegetação nativa em área de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente; conforme relatório técnico nº0371/CFFL/SUF/SEMA/2019. Decisão administrativa nº1020/SGPA/SEMA/2024, homologada em 27/06/2024, arbitrando contra o autuado a penalidade administrativa de multas no valor de R\$1.283.930,00 (um milhão, duzentos e oitenta e três mil, novecentos e trinta reais), com fulcro nos artigos 51, 50 e 43 do Decreto Federal nº6.514/2008, bem como pela manutenção do Termo de Embargo. Requer o recorrente que seja determinado nulo o Auto de Infração nº2046D e consequentemente o Termo de Embargo nº1019D. Voto relatora conhece do recurso administrativo interposto pelo recorrente, afasta as preliminares erguidas e, no mérito, julga-o desprovido, mantendo inalterada a decisão administrativa nº1020/SGPA/SEMA/2024 e seus efeitos. Vistos, relatados e discutidos. Decidiram, por unanimidade, nos termos da relatora pelo desprovimento do recurso, mantendo intacta a decisão administrativa nº1020/SGPA/SEMA/2024 proferida, que aplicou multas no valor de R\$1.283.930,00 (um milhão, duzentos e oitenta e três mil, novecentos e trinta reais), com fulcro nos artigos 51, 50 e 43 do Decreto Federal nº6.514/2008, bem como pela manutenção do Termo de Embargo. **Processo nº530507/2016 – Interessada- Agropecuária Santa Silvia S/A – Relator- Davi Maia Castelo Branco Ferreira – PGE – Advogada- Andréia Gonçalves – OAB/MT 13.659. Auto de Infração nº0142G de 18/08/2016. Termo de Embargo nº0142G de 18/08/2016. Relatório técnico nº0401/CFFF/SUF/SEMA/2016.** Por desmatar a corte raso 1.611,23 hectares (ha) de vegetação nativa em área fora de reserva legal, sem autorização do órgão ambiental competente, conforme descrito no relatório técnico nº0401/CFFF/SUF/SEMA/2016. Decisão administrativa nº1602/SGPA/SEMA/2023, homologada em 03/08/2023, aplicando-se a autuada penalidade administrativa de multa no valor de R\$1.000,00 (mil reais) por hectare de vegetação nativa desmatada fora da área de reserva legal, no total de 1.611,23 ha, resultando em R\$1.611.230,00 (um milhão, seiscentos e onze mil, duzentos e trinta reais), com fulcro no artigo 52 do decreto federal nº6.514/2008 e manutenção do embargo. Requer o recorrente a extinção do referido processo com consequente arquivamento dos autos. Voto relator no sentido de julgar procedente o recurso administrativo, reformando a decisão administrativa nº1602/SGPA/SEMA/2023 ante a ocorrência da prescrição intercorrente, nos termos do IRDR nº1012668-37.2022.811.0000, com lapso temporal entre a data da autuação 18/08/2016 e/ou data de formalização do processo administrativo 19/12/2016 e a decisão administrativa em 04/07/2023, transcurso superior a 05 (cinco) anos, devendo-se cancelar o Auto de Infração nº0142G. Vistos, relatados e discutidos. Decidiram, por unanimidade, nos termos do voto relator para julgar procedente o recurso administrativo, reformando a decisão administrativa nº1602/SGPA/SEMA/2023 ante a ocorrência da prescrição intercorrente, nos termos do IRDR nº1012668-37.2022.811.0000, com lapso temporal entre a data da autuação 18/08/2016 e/ou data de formalização do processo administrativo 19/12/2016 e a decisão administrativa em 04/07/2023, transcurso superior a 05 (cinco) anos, devendo-se cancelar o Auto de Infração

nº0142G. **Processo nº42916/2022 – Interessado- Pedro João Martins Carvalho – Relator- Davi Maia Castelo Branco Ferreira – PGE – Advogados- Gustavo Tomazeti Carrara – OAB/MT 5.967 – Carlos Alberto Takase – OAB/MT 11.640. Auto de Infração nº221032959 de 26/10/2022. Auto de inspeção nº221011218 de 26/10/2022. Relatório técnico nº211/2022/DUDCACERES/SEMA-MT.** Por impedir ou dificultar a regeneração natural de vegetação nativa em local indicado pelo órgão ambiental (área embargada) na extensão de 248,90 ha, - art.48 da Lei Federal nº9.605/1998 c/c art. 48 do Decreto Federal nº6.514/2008. Decisão administrativa nº3575/SGPA/SEMA/2023, parcialmente homologada em 15/01/2024, arbitrando contra o autuado a penalidade administrativa de multas somadas no valor de R\$1.269.500,00 (um milhão, duzentos e sessenta e nove mil e quinhentos reais), com fulcro nos artigos 48 e 79 do Decreto Federal nº6.514/2008. Requer o recorrente que seja cancelado o Auto de Infração nº221032959. Voto relator não conhece o recurso administrativo, confirmando a decisão administrativa nº3575/SGPA/SEMA/2023. O representante do IESCBAP apresentou, oralmente, voto divergente pela nulidade do Auto de Infração por ausência de comprovação do nexo causal por parte da administração. Vistos, relatados e discutidos. Decidiram, por maioria, nos termos do voto divergente pela nulidade do Auto de Infração por ausência de comprovação do nexo causal por parte da administração. **Processo nº11592/2022 – Interessado- CMF Construções LTDA – Relator- André Zortéa Antunes – APRAPA – Advogado- Róber César da Silva– OAB/MT 4.784B. Auto de Infração nº22013678 de 28/03/2022. Auto de inspeção nº22291209 de 04/03/2022. Relatório técnico nº032/CFE/SUF/SEMA/2022.** Por causar poluição atmosférica que provoca de forma recorrente significativo desconforto olfativo aos moradores do condomínio Iguatemi, pela instalação de lançamentos de efluente final junto à saída de rede pluvial, constatado in loco conforme auto de inspeção nº22291209 de 04/03/2022. Decisão administrativa nº1507/SGPA/SEMA/2024, homologada em 18/09/2024, arbitrando contra o autuado a penalidade administrativa de multa no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais) por causar poluição atmosférica que provoca de forma recorrente significativo desconforto olfativo, com fulcro no artigo 62, inciso II do Decreto Federal nº6.514/2008. Requer o recorrente que seja declarado insubsistente o Auto de Infração nº22013678, lavrado em 28/03/2022. Voto relator conhece do recurso para dar-lhe provimento, reformando a decisão administrativa nº1507/SGPA/SEMA/2024, anulando-se o Auto de Infração nº22013678 e seus acessórios. Vistos, relatados e discutidos. Decidiram, por maioria, nos termos de voto relator para conhecer do recurso e dar-lhe provimento, reformando a decisão administrativa nº1507/SGPA/SEMA/2024, anulando-se o Auto de Infração nº22013678. **Processo nº24833/2018 – Interessada- Prefeitura Municipal de Campinópolis – Relator- Davi Maia Castelo Branco Ferreira – PGE – Procurador- Wallace Ribeiro Braga– OAB/MT 5887B. Auto de Infração nº1513388 de 18/01/2018. Auto de inspeção nº170799 de 18/01/2018. Relatório técnico nº8728522/DUDBARRA/SUADD/2018.** Por lançar resíduos sólidos, líquidos ou gasosos ou detritos, óleos, ou substâncias oleosas (lixão municipal) em desacordo com as exigências estabelecidas em lei de atos normativos. Decisão administrativa nº3463/SGPA/SEMA/2021, homologada em 30/07/2021, aplicando-se à autuada a penalidade administrativa de multa no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) por lançar resíduos sólidos, líquidos ou gasosos ou detritos, óleos, ou substâncias oleosas (lixão municipal) em desacordo com as exigências estabelecidas em lei de atos normativos, com fulcro no artigo 62 do Decreto Federal nº6.514/2008. Requer o recorrente que seja afastada a multa aplicada. Voto relator no sentido de julgar improcedente o recurso administrativo, confirmando a decisão administrativa nº3463/SGPA/SEMA/2021. Vistos, relatados e discutidos. Decidiram, por unanimidade, nos termos do voto relator no sentido de julgar improcedente o recurso administrativo, confirmando a decisão administrativa nº3463/SGPA/SEMA/2021, aplicada multa no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) por lançar resíduos sólidos, líquidos ou gasosos ou detritos, óleos, ou substâncias oleosas (lixão municipal) em desacordo com as exigências estabelecidas em lei de atos normativos, com fulcro no artigo 62 do Decreto Federal nº6.514/2008. **Processo nº 59904/2019 – Interessado- Alvari Aimi – Relatora- Gabriella Borges Barbosa– IBAMA –**

**Próprio- Alvari Aimi- CPF 288.576.311-68. Auto de Infração nº1569D de 11/02/2019. Termo de Embargo nº0774d de 11/02/2019. Relatório técnico nº030/CFFL/SUF/SEMA/2019.** O representante da APRAPA solicitou pedido de vista do referido processo. **Processo nº 545874/2021 – Interessado - Ronildo Alves – Relatora- Gabriella Borges Barbosa- IBAMA – Advogados- Jabes Ferreira Celestino Barboza – OAB/MT 21.709 – Robson Medeiros – OAB/MT 6395B. Auto de Infração nº210333997 de 26/11/2021. Termo de Embargo nº210342651 de 26/11/2021. Auto de inspeção 210311246 de 11/11/2021. Relatório técnico nº375/CFFL/SUF/SEMA/2021.** 1 – Por danificar 115,59 hectares de vegetação nativa de floresta considerada objeto de especial preservação através da exploração seletiva de madeira, sem autorização do órgão ambiental competente; 2 – por ter em depósito, 18 metros cúbicos de madeira em tora sem autorização do órgão ambiental competente, conforme relatório técnico nº375/CFFL/SUF/SEMA/2021 e auto de inspeção nº210311246 de 11/11/2021. Decisão administrativa nº240/SGPA/SEMA/2024, homologada em 04/07/2024, arbitrando contra o autuado a penalidade administrativa de multas somadas no valor de R\$583.350,00 (quinhentos e oitenta e três mil, trezentos e cinquenta reais), com fulcro nos artigos 50 e 47, § 1º do Decreto Federal nº6.514/2008 e manutenção do Termo de Embargo. Requer o recorrente que seja decretado a nulidade do Auto de Infração bem como do Termo de Embargo. Voto relatora conhece do recurso e julga-o desprovido, mantendo intacta a decisão administrativa nº240/SGPA/SEMA/2024. Vistos, relatados e discutidos. Decidiram, por unanimidade, nos termos da relatora mantendo intacta a decisão administrativa nº240/SGPA/SEMA/2024 que aplicou multas somadas no valor de R\$583.350,00 (quinhentos e oitenta e três mil, trezentos e cinquenta reais), com fulcro nos artigos 50 e 47, § 1º do Decreto Federal nº6.514/2008 e manutenção do termo de embargo. **Processo nº152556/2021 – Interessado- Mozart Rossi Vilela – Relator- Davi Maia Castelo Branco Ferreira – PGE – Advogado- Anderson de Souza- OAB/MT 24.894. Auto de Infração nº21043830 de 16/04/2021. Termo de Embargo nº21044513 de 16/04/2021. Relatório técnico nº275/GPFCD/CFFL/SUF/SEMA/2021.** Por danificar através de exploração florestal, 179,75 hectares de vegetação nativa em área objeto de especial preservação, sem autorização do órgão ambiental competente, conforme descrito no relatório técnico nº275/GPFCD/CFFL/SUF/SEMA/2021. Decisão administrativa nº1428/SGPA/SEMA/2023, homologada em 03/06/2023, arbitrando contra o autuado a penalidade administrativa de multa no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) por hectare de vegetação danificada através de exploração florestal em área objeto de especial preservação sem a devida autorização, no montante 179,75 ha, que perfaz R\$898.752,19 (oitocentos e noventa e oito mil, setecentos e cinquenta e dois reais e dezenove centavos), com fulcro no artigo 50 do Decreto Federal nº6.514/2008 e manutenção do Termo de Embargo. Requer o recorrente que seja cancelado/anulado o Auto de Infração, levantando-se o termo embargo. Voto no sentido de julgar improcedente o recurso administrativo, confirmando a decisão administrativa nº1428/SGPA/SEMA/2023. Vistos, relatados e discutidos. Decidiram, por unanimidade, nos termos do voto relator julgando improcedente o recurso administrativo confirmando a decisão administrativa nº1428/SGPA/SEMA/2023, aplicada multa no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) por hectare de vegetação danificada, no montante 179,75 ha, que perfaz R\$898.752,19 (oitocentos e noventa e oito mil, setecentos e cinquenta e dois reais e dezenove centavos), com fulcro no artigo 50 do Decreto Federal nº6.514/2008 e manutenção do Termo de Embargo. **Processo nº315953/2020 – Interessado- Agropecuária Conquista LTDA – Relator- Davi Maia Castelo Branco Ferreira – PGE – Advogados- Patrícia Gevezier Podolan – OAB/MT 6.581 – Claudinéia Klein Simon – OAB/MT 18.781 – Sâmya Santamaria – OAB/MT 15.906. Auto de Infração nº200431422 de 19/08/2020. Termo de Embargo nº200441306 de 19/08/2020. Relatório técnico nº952/GPFCD/CFFL/SUF/SEMA/2020.** Por desmatar a corte raso no ano de 2020, 146,51 hectares de vegetação nativa em área objeto de especial preservação, conforme relatório técnico nº952/GPFCD/CFFL/SUF/SEMA/2020. Decisão administrativa nº3224/SGPA/SEMA/2022, homologada em 18/11/2022, arbitrado contra a autuada, penalidade administrativa de multa no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) por hectare pelo ato de desmatar

vegetação nativa em área objeto de especial preservação sem a devida autorização, no montante 146,51 ha, que perfaz o valor de R\$732.545,78 (setecentos e trinta e dois mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e setenta e oito centavos), com fulcro no artigo 50 do Decreto Federal nº6.514/2008 e manutenção do Termo de Embargo. Requer o recorrente que o Auto de Infração nº200431422 e o respectivo Termo de Embargo nº200441306 sejam cancelados. Voto relator não conhece do recurso e confirma a decisão administrativa nº3224/SGPA/SEMA/2022. Vistos, relatados e discutidos. Decidiram, por unanimidade, nos termos do voto relator pela confirmação da decisão administrativa nº3224/SGPA/SEMA/2022, arbitrando contra a autuada penalidade administrativa de multa no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) por hectare de vegetação nativa objeto de especial preservação desmatada sem a devida autorização, no montante 146,51 ha, que perfaz o valor de R\$732.545,78 (setecentos e trinta e dois mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e setenta e oito centavos), com fulcro no artigo 50 do Decreto Federal nº6.514/2008 e, manutenção do Termo de Embargo. **Processo nº249927/2020 – Interessada- Maria Aparecida Schmidt – Relator- Rafael Sabo Mendes Burlamaqui – AMM – Advogado- Eugênio Barbosa de Queiroz– OAB/MT 12.457. Auto de Infração nº20033567 de 07/07/2020. Termo de Embargo nº2003425 de 07/07/2020. Relatório técnico nº411/CFFL/SUF/SEMA/2020.** Por desmatar a corte raso no ano de 2019, 49,15 hectares de vegetação nativa em área objeto de especial preservação, conforme relatório técnico nº411/CFFL/SUF/SEMA/2020. Decisão administrativa nº1516/SGPA/SEMA/2024, homologada em 01/11/2024, arbitrando contra a autuada, penalidade administrativa de multa no valor R\$5.000,00 (cinco mil reais) por hectare de área objeto de especial preservação desmatada sem autorização do órgão ambiental – R\$5.000,00 x 49,15 hectares, perfazendo a quantia de R\$245.750,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, setecentos e cinquenta reais), com fulcro no artigo 50 do Decreto Federal nº6.514/2008 e manutenção do embargo. Requer o recorrente que seja cancelada a lavratura do Auto de Infração e acessórios. Voto relator pela reforma da decisão administrativa nº1516/SGPA/SEMA/2024 e pela anulação do Auto de Infração nº20033567 e do Termo de Embargo nº2003425, reconhecendo a ilegitimidade da autuada no presente feito. Vistos, relatados e discutidos. Decidiram, por unanimidade, nos termos do relator pela reforma da decisão administrativa nº1516/SGPA/SEMA/2024 e pela anulação do Auto de Infração nº20033567 e do Termo de Embargo nº2003425, reconhecendo a ilegitimidade da autuada no presente feito. **Processo nº105154/2021 – Interessado- Jeferson Balbino dos Santos – Relator- André Zortéa Antunes – APRAPA – Advogado- Hugo Leon Silveira – OAB/MT 16.671B. Auto de Infração nº21163475 de 24/02/2021. Auto de inspeção nº21161182 de 24/02/2021. Termo de embargo nº21164295 de 24/02/2021. Relatório técnico nº016/DUDALTAFLOR/SEMA/2021.** Por destruir uma área de 18,218 hectares de vegetação floresta nativa, considerada de especial preservação, localizada no Bioma amazônico sem autorização do órgão ambiental competente, conforme relatório técnico nº016/DUDALTAFLOR/SEMA/2021. Decisão administrativa nº457/SGPA/SEMA/2024, homologada em 27/06/2024, arbitrando contra o autuado a penalidade administrativa de multa no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) por hectare de área objeto de especial preservação desmatada sem autorização do órgão ambiental – R\$5.000,00 x 18,218 hectares, perfazendo a quantia de R\$91.090,00 (noventa e um mil e noventa reais), com fulcro no artigo 50 do Decreto Federal nº6.514/2008 e manutenção do embargo. Requer o recorrente que seja declarada a nulidade dos presentes autos. Voto relator conhece o recurso interposto para negar-lhe provimento, mantendo incólume a decisão administrativa nº457/SGPA/SEMA/2024. Vistos, relatados e discutidos. Decidiram, por unanimidade, nos termos do relator para negar provimento ao recurso interposto, mantendo incólume a decisão administrativa nº457/SGPA/SEMA/2024, aplicando ao autuado, multa no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) por hectare de área objeto de especial preservação desmatada sem autorização do órgão ambiental – R\$5.000,00 x 18,218 hectares, perfazendo a quantia de R\$91.090,00 (noventa e um mil e noventa reais), com fulcro no artigo 50 do Decreto Federal nº6.514/2008 e manutenção do embargo. **Processo nº36752/2022 – Interessado- Juliano Cândido de Oliveira – Relator- Davi Maia Castelo Branco Ferreira – PGE – Procuradora- Milaine Barboza Gaudêncio –**

**CREA/MT 51.700. Auto de Infração nº220332717 de 14/09/2022. Termo de Embargo nº220342076 de 14/09/2022. Relatório técnico nº204/CFFL/SUF/SEMA/2022.** 1 – Por impedir ou dificultar regeneração natural de 0,5593 hectares de florestas ou demais formas de vegetação nativa cuja regeneração foi indicada pela autoridade ambiental competente, conforme relatório técnico nº. 204/CFFL/SUF/SEMA/2022 baseado no parecer técnico nº 154868/GMRA/CCA/SRMA/2022; 2 – por deixar de cumprir compensação ambiental firmada pelo termo de ajustamento de conduta nº8579/2012 no prazo exigido pela autoridade ambiental, conforme relatório técnico nº. 204/CFFL/SUF/SEMA/2022 baseado no parecer técnico nº 154868/GMRA/CCA/SRMA/2022. Decisão administrativa nº807/SGPA/SEMA/2023, homologada em 25/04/2023, arbitrando contra o autuado a penalidade administrativa de multas somadas no valor de R\$12.796,50 (doze mil, setecentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos), com fulcro no artigo 48 do Decreto Federal nº6.514/2008 e pelo termo de ajustamento de conduta nº8579/2012, bem como pela manutenção do embargo. Requer o recorrente que seja revisado a decisão administrativa proferida, haja vista que o autuado firmou e assinou o TAC para recomposição em área degradada. Voto relator no sentido de julgar improcedente o recurso administrativo, reformando a decisão administrativa nº 807/SGPA/SEMA/2023, devendo-se cancelar o Auto de Infração nº 220332717 de 14/09/2022, face à constatação de nulidade por vício na tipificação do fato infracional, que acarretou cerceamento de defesa, conforme os termos do art. 5º, inciso LV da Constituição Federal e da Súmula 473 do STF. Vistos, relatados e discutidos. Decidiram, por unanimidade, nos termos do voto relator julgando improcedente o recurso administrativo, reformando a decisão administrativa nº807/SGPA/SEMA/2023, devendo-se cancelar o Auto de Infração nº220332717 de 14/09/2022, face à constatação de nulidade por vício na tipificação do fato infracional, que acarretou cerceamento de defesa, conforme os termos do art. 5º, inciso LV da Constituição Federal e da Súmula 473 do STF. **Processo nº6099/2022 – Interessado- Wenio Márcio Nogueira da Silva – Relator- Anderson Martins Lombardi – SEDEC – Advogada- Amanda Rios Mariano Cardoso Alvares – OAB/MT 24.033. Auto de Infração nº220433424 de 22/02/2022. Termo de Embargo nº22044308 de 22/02/2022. Relatório técnico nº216/GPFCD/CFFL/SUF/SEMA/2022.** 1 - Por desmatar a corte raso 46,87 ha de vegetação nativa, em área de reserva legal, sem autorização do órgão ambiental competente, conforme relatório técnico nº216/GPFCD/CFFL/SUF/SEMA/2022; 2 - por desmatar a corte raso 12,98 ha de vegetação nativa, fora da área de reserva legal, sem autorização do órgão ambiental competente, conforme relatório técnico nº216/GPFCD/CFFL/SUF/SEMA/2022. Decisão administrativa nº3960/SGPA/SEMA/2023, homologada em 16/02/2024 arbitrando contra o autuado, penalidade administrativa de multas somadas no valor de R\$247.352,22 (duzentos e quarenta e sete mil, trezentos e cinquenta e dois reais e vinte e dois centavos), com fulcro nos artigos 51 e 52 do Decreto Federal nº6.514/2008 e manutenção do Termo de Embargo. Requer o recorrente que seja declarada a nulidade do Auto de Infração e Termo de Embargo. Voto relator para manter inalterada a decisão administrativa nº3960/SGPA/SEMA/2023. Vistos, relatados e discutidos. Decidiram, por unanimidade, nos termos do voto relator pela manutenção da decisão administrativa nº3960/SGPA/SEMA/2023, aplicada penalidade administrativa de multas somadas no valor de R\$247.352,22 (duzentos e quarenta e sete mil, trezentos e cinquenta e dois mil e vinte e dois centavos), com fulcro nos artigos 51 e 52 do Decreto Federal nº6.514/2008 e manutenção do Termo de Embargo. **Processo nº 430055/2017 – Interessado- Ivan Paetzold – Relator- Davi Maia Castelo Branco Ferreira – PGE – Advogados- Alessandra Panizi Souza – OAB/MT 6.124 – Josiney F. Evangelista Júnior – OAB/MT 26.248 – Thiago de Pinho Silva Filho – OAB/MT 32.269. Auto de Infração nº151981 de 30/07/2017. Auto de inspeção nº163106 de 30/07/2017. Relatório técnico nº197/1ª.CIA/BPMPA/2017.** Por transportar 34.254m³ de madeira serrada em desacordo com a licença válida outorgada pelo órgão competente. Decisão administrativa nº021/SGPA/SEMA/2022, homologada em 20/04/2022. Decidido pela anulação do Auto de Infração nº151981 de 30/07/2017 e seus efeitos, com fulcro no artigo 24 da Lei Estadual nº7.692/2002. Requer o recorrente que seja reconhecido a nulidade absoluta do Auto de Infração nº151891/2017. Voto relator não conhece do recurso e mantém a

decisão administrativa nº021/SGPA/SEMA/2022. Vistos, relatados e discutidos. Decidiram, por unanimidade, nos termos do voto relator para manter a decisão administrativa nº021/SGPA/SEMA/2022, decidido pela anulação do Auto de Infração nº151981 de 30/07/2017 e seus efeitos, com fulcro no artigo 24 da Lei Estadual nº7.692/2002. **Processo nº523593/2021 – Interessado- Gilberto Miranda – Relatora- Isabela Victor Braun – ICARACOL – Advogado- Daniel Winter– OAB/MT 11.470 – Danielen Garcia – OAB/MT nº 25.304. Auto de Infração nº210334008 de 10/11/2021. Termo de Embargo nº210342667 de 01/11/2021. Relatório técnico nº0362/CFFL/SUF/SEMA/2021.** 1 – Por desmatar 200,9857ha de vegetação nativa objeto de especial preservação, sem autorização do órgão ambiental competente; 2 – por instalar atividade potencialmente poluidora, sem autorização do órgão ambiental competente, conforme relatório técnico nº0362/CFFL/SUF/2021. Decisão administrativa nº2528/SGPA/SEMA/2022, parcialmente homologada em 12/07/2022, arbitrando ao autuado a penalidade administrativa de multas somadas no valor de R\$669.862,50 (seiscentos e sessenta e nove mil, oitocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), com fulcro nos artigos 50 e 66 do Decreto Federal nº6.514/2008 e manutenção do Termo de Embargo. Requer que seja reconhecido a nulidade do Auto de Infração e acessórios. Voto relatora no sentido de reconhecer o recurso, contudo julga-o improcedente, mantendo a decisão administrativa nº2528/SGPA/SEMA/2022. Vistos, relatados e discutidos. Decidiram, por unanimidade, nos termos da relatora julgando improcedente o recurso interposto e mantendo a decisão administrativa nº2528/SGPA/SEMA/2022 que homologou parcialmente o Auto de Infração nº210334008, arbitrando penalidade administrativa de multas somadas no valor de R\$669.862,50 (seiscentos e sessenta e nove mil, oitocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), com fulcro nos artigos 50 e 66 do Decreto Federal nº6.514/2008 e manutenção do Termo de Embargo. **Processo nº20462/2012– Interessada- Madeireira e Transportadora Graziero LTDA – Relator- Herman Hudson de Oliveira – ICARACOL – Advogado- Daniel Winter– OAB/MT 11.470 – Danielen Garcia – OAB/MT nº 25.304. Auto de Infração nº128469 de 09/01/2012. Auto de inspeção nº157630 de 09/01/2012. Relatório técnico de inspeção nº014/DUDR/SEMA.** Por transportar 48,2510m³ de madeira serrada (viga, caibro e prancha), em desacordo com a GF3 nº420 – placas do veículo transportado diferente da citada no item transporte e sem certificado do INDEA/MT. Decisão administrativa nº2095/SGPA/SEMA/2019, homologada em 06/09/2019, arbitrando contra a autuada a penalidade administrativa de multa no valor R\$300,00 (trezentos reais) por metro cubico de madeira transportada, perfazendo um total de 48,2510m³ que resulta em R\$14.475,00 (quatorze mil, quatrocentos e setenta e cinco reais), com fulcro no artigo 47, § 1º, do Decreto Federal nº6.514/2008, sendo que em decorrência da reincidência específica, fixou-se a mesma em R\$43.425,00 (quarenta e três mil, quatrocentos e vinte e cinco reais). Requer a recorrente que seja reconhecido nulo o Auto de Infração lavrado em desfavor da autuada. Voto relator pelo não provimento do recurso administrativo e pela consequente manutenção da decisão administrativa nº2095/SGPA/SEMA/2019. Vistos, relatados e discutidos. Decidiram, por unanimidade, com o relator pelo não provimento do recurso administrativo e pela consequente manutenção da decisão administrativa nº2095/SGPA/SEMA/2019, arbitrando contra a autuada a penalidade administrativa de multa no valor R\$300,00 (trezentos reais) por metro cubico de madeira transportada, perfazendo um total de 48,2510m³ que resulta em R\$14.475,00 (quatorze mil, quatrocentos e setenta e cinco reais), com fulcro no artigo 47, § 1º, do Decreto Federal nº6.514/2008, sendo que em decorrência da reincidência específica, fixou-se a mesma em R\$43.425,00 (quarenta e três mil, quatrocentos e vinte e cinco reais). **Processo nº370320/2017 – Interessado- Márcio José Dias Lopes – Relator- Paulo Marcel Grisoste Santana Barbosa – AMM – Advogados - Daniel Winter– OAB/MT 11.470 – Danielen Garcia – OAB/MT nº 25.304. Auto de Infração nº135693 de 10/07/2017. Relatório técnico nº8729235/DUDSINOP/SURAT/2017.** Por elaborar e apresentar informação total ou parcialmente falsa, enganosa ou omissa, nos sistemas oficiais de controle do cadastro ambiental rural (CAR) denominado sistema SICAR, criado pelo Governo Federal e no sistema eletrônico para obtenção da autorização provisória de funcionamento (APF) elaborado pelo Órgão

Estadual de Meio Ambiente, do imóvel rural denominado Fazenda Alvorada III – lote III, localizado no município de Sinop-MT. Decisão administrativa nº1256/SGPA/SEMA/2020, homologada em 07/05/2020 arbitrando a penalidade administrativa de multa no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) por apresentar informações falsas em sistema oficial de controle “cadastro ambiental rural”, com fulcro no artigo 82 do Decreto Federal nº6.514/2008. Requer o recorrente a revogação/cancelamento do Auto de Infração nº135693. Voto relator conhece o recurso interposto e julga-o parcialmente procedente, para que a multa seja minorada para o valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais). Vistos, relatados e discutidos. Decidiram, por unanimidade, com o relator conhecendo o recurso interposto e julgando-o parcialmente procedente, para que a multa seja minorada para o valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais).

**Fernando Ribeiro Teixeira**  
**Presidente 2ª JJR**